



Edital de Venda Direta Judicial (AIP) e de Intimação dos Executados, seus Patronos e Terceiros Interessados

Prédio Comercial de 3.266,00m² + Terreno de 7.384m²

Processo: 0007540-44.2012.4.05.8200 - 5ª Vara Justiça Federal da Paraíba.

Exequente: Fazenda Nacional

Executado: Hospital Samaritano Ltda

Depositário: Wagner Anton Wolff

Imóvel em Venda Pública: Av. Santa Júlia, 35 - Torre, João Pessoa/PB.

Mapa do Imóvel:  Hospital Samaritano

Matrícula 44.276 (2º RGI João Pessoa/PB, Eunápio Gomes): Prédio no 35, situado na Avenida Santa Júlia, no bairro da Torre, cidade, construído de tijolos, concreto e cimento armado e coberto de telhas, contendo as seguintes dependências, abrigo, sala de pequenas cirurgias com WC e banheiro, entrada, sala de raio-x. Laboratório, sala de observações, dormitórios para médicos, com WC e banheiro, sala de reuniões e leitura, uma capela com necrotério, área de circulação privativa, sala de plantão, sala de espera, vestiário, enfermaria, de atendimento, secretaria centro e arquivo com dois WCB e dois lavatórios, entrada para médicos, com hall, circulação, jardins, farmácia, lanchonete com uma entrada para o hall, contendo os seguintes pavilhões de internamento: Quartos 1-8,2-8,3-8, 4-8,5-8,6-8,7-B, g-B, g-8, 10-8, 11-8, 12-B e 13-8, todos com WC e banheiros, área de circulação, sala de estar dos pacientes; Quartos 1-A, 2-A, 3-A, 4-A, 5-4, 6- A, 7-A, 8-A, 9-A, 10-A, 11-A, 12-A, 13-A, 14-A e 15-A, contendo ainda um centro cirúrgico com as seguintes dependências: posto de enfermagem, sala de curativos, sala de estar dos médicos com hall, WC e banheiro, sala de observação com triagem, sala de operações, sala de esterilização, uma área de circulação em forma de L, serviços anexos, centro de oxigênio, sanitário para enfermeiros e enfermeiras, com WC e banheiro, almoxarifado, sala de controle de maca, caixa d'água, sala de engessar com armário, lavanderia, cozinha, balcão, câmara fria, armários, sala de refeições e um pavilhão de suítes, segmentos com jardim interno e uma área de circulação com instalações de água, luz e saneamento, edificado em terreno próprio medindo 129m50 de largura de frente, nos fundos mede 30m00, um segmento de 11m00, mais 34m00, um dente de 4m00, daí mais um segmento de 60m00, um dente de 6m00, daí mais um segmento de 29m50, por 48m00 de comprimento de um lado com um segmento de 18m50, daí mais um segmento de 7m20 até encontrar a linha dos fundos e 47m,80 de comprimento do outro lado, limitando-se na frente com a Avenida Santa Júlia, lado direito com a Avenida Carlos Gomes, do lado esquerdo com os imóveis nºs 153, 157, 161, 163, 173 e 181 e nos fundos com os imóveis nºs 58, 88 e 198. Tudo conforme Registro no Livro 3-0, fls. 87. nº de ordem 16.727, em 22.10.1993, Zona Norte - Cartório Eunápio Torres. Na Av-1-44.276 em 31.06.1996, certifica o Cartório Eunápio Torres que o imóvel acima é proveniente do remembramento dos Lotes de terrenos próprios onde existiram as casas no 48, 103 e 189 na Av. Santa Júlia, no terreno do prédio nº 45 da Av. Santa Júlia, Bairro da Torre, nesta cidade, objeto do registro Proprietário: HOSPITAL SAMARITANO LTDA. REGISTRO ANTERIOR: Livro 3-O, fls. 87, nº de ordem 16.727, em



22.10.1993, Zona Norte. Conforme Livro 2 CRI de Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital, às fls. 200 sob o número de ordem 44.276 de 31 de maio de 1996. Inscrição 001847-3. Processo 005807-14.2010.4.05.8200. nº 27.835, 31.170, 29.931 e 76.728, conforme o Livro 2CR1 de Registro Geral do 2º Ofício do Registro de Imóveis (Zona Norte) da Comarca desta Capital, fls. 200, sob o número de ordem 44.276 de 31 de maio de 1996... Após vistoria local, constatei que no prédio penhorado funciona o HOSPITAL SAMARITANO que, em consonância e complemento à descrição do AUTO DE PENHORA, bem ainda com base no PTAM constante dos autos 0805377-14.2019.4.05.8200 e das informações obtidas no local, está composto de: **PAVIMENTO TÉRREO**: ALA SÃO JOSÉ, com 25 apartamentos individuais e ALA SÃO LUCAS com 25 apartamentos individuais, todos com banheiro e área de circulação, almoxarifado e recebimentos [...] Nutrição almoxarifado de materiais, ANGIOCOR, apto. 29 São Lucas desativado. área de lavanderia, vestiários, área entre capela e Magnetom, arquivo e recebimento, arrefecimento, bloco cirúrgico. CAF, capeia, cedipa, central de eixo, compras, consultórios, CTI, com imagem, depósito, depósito das macas, descanso multiprof. Farmácia da CAF, farmácia satélite. gerência de enfermagem. gerência de hotelaria. lanchonete" Magnetom Faturamento, Magnetom Ressonância, Magnetom Ultrassom, necrotério, nefrusa, nutrição - refeitório, cozinha, produção. área de estoque, sala nutricionista, nutrição enteral, papelaria. recepção de urgência. recepção lateral. repouso médicos, sala de apoio vizinho ao apto 29, sala de apoio Magnetom, sala de desinfecção ou expurgo, sala atrás da hotelaria, setor de internação, sos neuro, téc. Saúde, usina e geradores; **1º ANDAR**: 9 suítes todas com banheiro. área de circulação e sala de estar; **2º ANDAR**: 9 suítes, todas com banheiro, área de circulação e sala de estar. O prédio está localizado em rua asfaltada e possui ainda: estacionamento na frente, embarque e desembarque, próximo a ponto de ônibus, farmácias, supermercados, escolas e da Avenida Eptácio Pessoa. Considerando o excelente estado de conservação do imóvel, a localização central, a existência- das benfeitorias/edificações descritas; pesquisas realizadas junto a corretores e sites de vendas de imóveis e o preço médio praticado na região, o avalio em R\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais). *Termos do Auto de Avaliação*

Ônus conforme constante em Matrícula Imobiliária.

Inscrição Municipal/IPTU: 10010030600000001 Controle 01847-3 PMJP.

Dos Valores Mínimos para Venda:

~~Valor da Avaliação R\$ 92.000.000,00~~

Valor Inicial 50%* **R\$ 46.000.000,00**

Formas de Pagamentos*:

Entrada Mínima: **25% R\$11.500.000,00** + 30/60 Parcelas

****Conforme item 8 deste Edital.**

****Dependerá de Homologação Judicial.**

Toda transação é pública. Via de regra, a compra é instantânea, quando a proposta equivale a 100% do valor da avaliação, ou após o decurso de 30 dias, desde que superior a 50%.

1. Venda Direta AIP* (Justiça Federal): é a modalidade de venda por iniciativa particular, que poderá ser encerrada com a confirmação do lance mínimo, ressalvado o prazo **mínimo de 30 (trinta) dias veiculados da publicação deste Edital** em Autos Judiciais, nos termos da Portaria 4/2021 (5ª Vara Federal). Poderá, dentro desse período, receber lances e disputas. Ou seja, vendas nesta modalidade poderão ser



encerradas a qualquer momento mediante confirmação de oferta mínima, respeitado o prazo mínimo de veiculação do Edital (Autos Judiciais) e depósito em Conta Oficial.

2. Os interessados deverão participar exclusivamente pela Internet, através de cadastro junto à Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br, que será conduzido pelo auxiliar do juízo, o Leiloeiro Público Oficial Cristiano da Rosa Schöntag, com Matrícula Profissional AARC/328RS do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e da Junta Comercial Estadual, credenciado e homologado junto à PGFN, para operar via sistema Comprei, com fundamento no art. 25 da Lei nº 8.666/1993, no Decreto nº. 21.981/1932, na Resolução COFECI nº 327/1992, no art. 879 e seguintes do Código de Processo Civil, na Portaria PGFN nº 3.050, de 2022 e demais normas pertinentes, para atuação em alienação de bens imóveis envolvidos em acordos administrativos com a PGFN ou autorizadas judicialmente em processos judiciais de interesse da União.

3. **Termos da Venda:** O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais online através da Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br.

4. **Disposições obrigatórias:** Cadastramento prévio à Venda Direta Judicial (AIP) Online é obrigatório (até 24 horas antes da data agendada); Os cadastros efetuados deverão estar aprovados no endereço eletrônico: www.trileiloes.com.br; O horário previsto no Edital serve para indicar quando deve iniciar o apregoamento virtual de cada lote, passando-se um a um e podendo anotar registros de lances e de disputas mesmo após esse horário, até que se tenha a terceira batida do martelo e a confirmação da arrematação pelo Leiloeiro Público; demais condições de participação deverão respeitar os termos de uso da Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br. Os Lotes/Bens serão vendidos a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, reservando-se ao Poder Judiciário (Comarca e Vara supra anotados) o direito de liberar ou não, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade. O interessado declara ter ciência de que o Poder Judiciário (Comarca e Vara supra anotados), a Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br e o seu auxiliar técnico do juízo, Leiloeiro Público, não garantem a regularidade ou vícios de qualquer natureza nos bens. Por isso, deverão verificar as suas condições por todas formas de diligências, por sua conta, pois não poderão alegar posteriormente, qualquer desconhecimento acerca de suas características ou do estado de conservação dos Lotes/Bens adquiridos. A venda será celebrada em caráter "*ad corpus*", não cabendo ao adquirente reclamar ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação dos Lotes/Bens desta Venda Direta Judicial (AIP), não lhe sendo possível pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em nenhuma hipótese.

5. **Débitos Incidentes sobre os Bens:** No caso de Bens Imóveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres de eventuais Hipotecas, Penhoras e



Débitos Tributários cujo fato gerador seja a Propriedade, o Domínio Útil ou a Posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria uma vez que se sub-rogam sobre o respectivo Valor da Arrematação, ou seja, serão quitados com o produto da venda nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional. No caso de Bens Móveis, o Arrematante/Comprador recebe tais bens livres eventuais débitos de Licenciamento, Multas por Infração de Trânsito, IPVA e DPVAT nos termos do artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, sujeitando-se, entretanto, a eventuais outros ônus existentes sobre cada bem. Os atos necessários para a expedição de Carta de Arrematação (Imóveis) ou da Ordem de Entrega (móveis), Registro, ITBI, Imissão na Posse e demais providências serão de responsabilidade do Arrematante/Comprador (Art. 901, “caput”, § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos já estão atualizados até a data da publicação de abertura da Venda Judicial. Os interessados deverão cientificar-se previamente das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis aos Lotes/Bens destas Vendas Públicas, por força das arrematações. Havendo pluralidade de credores, a preferência de recebimento dos valores será decidida pelo M.M Juízo comitente. O Arrematante somente responderá pelas despesas do imóvel a partir da sua arrematação. Na existência de hipoteca vinculada ao bem, a mesma será cancelada com a venda, nos termos do artigo 1.499 CC, inciso VI. (Art. 1.499. A hipoteca extingue-se: VI - pela arrematação ou adjudicação). Do mesmo modo, nos termos do disposto no artigo 1.430 do Código Civil (Art. 1.430. Quando, excutido o penhor, ou executada a hipoteca, o produto não bastar para pagamento da dívida e despesas judiciais, continuará o devedor obrigado pessoalmente pelo restante). Penhoras e Demais Ônus que gravam a matrícula, serão todos baixados e cancelados junto ao RGI local, pelo M.M. Juízo Comitente, através de expedição de competente mandado de cancelamento, a requerimento feito pelo arrematante, no prazo estabelecido pelo artigo Art. 889 e seus incisos do CPC.

6. **Desocupação:** A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente, por determinação judicial.

7. **Dos Pagamentos:** O valor garantidor é imediatamente exigido, à vista, a título de sinal/caução/liquidação, estabelecido legalmente em 5% (cinco) sobre o valor total do bem arrematado, na forma do Parágrafo Único do Artigo 24 do Dec. Lei 21.981/32, combinado com o Artigo 903 § 5º, III, do CPC. Este pagamento deverá ser quitado por meio de Transferência Eletrônica (PIX ou TED) em dados bancários que serão oportunamente fornecidos ao Arrematante/Comprador. A Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br utiliza Conta Oficial que somente aceita Transferência Eletrônica (PIX ou TED). No caso do não cumprimento da obrigação assumida, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, cível e criminal. O tempo necessário para a compensação bancária do pagamento é de inteira responsabilidade do arrematante/comprador. O pagamento da integralidade do valor do lance será realizado por meio de Guia de Depósito Judicial (Art. 892 do Código de Processo Civil); A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo por determinação judicial.



8. Do Parcelamento:

8.1. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, Portaria 79/2014 da PGFN (Entrada e até 60x) poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro Público, cujo endereço segue: contato@trileiloes.com.br, sendo requisitos, dentre aprovação judicial, envolver processos em que a Fazenda Nacional seja parte, é possível parcelamento de até 60 (sessenta) prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada uma. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O parcelamento do valor da arrematação será limitado ao montante da dívida ativa objeto da execução. O parcelamento da arrematação de bem cujo valor supere a dívida por ele garantida só será deferido quando o Arrematante/Comprador efetuar o depósito à vista da diferença, no ato da arrematação, para levantamento pelo executado. Nas hastas públicas de bens imóveis, após expedida a carta de arrematação, para pagamento parcelado, será a mesma levada pelo Arrematante/Comprador ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis para averbação da hipoteca em favor da União. Levada a efeito a arrematação, o valor parcelado constituir-se-á débito do Arrematante/Comprador. O valor da primeira prestação deverá ser depositado no ato de arrematação e será considerado como pagamento parcial, devendo o saldo ser dividido pelo número de meses restantes, nos termos da referida Portaria. Até a expedição da carta de arrematação, o Arrematante/Comprador deverá continuar depositando, mensalmente, as parcelas que vierem a vencer, mediante Documento de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais (DJE). Se o Arrematante/Comprador deixar de pagar no vencimento quaisquer das prestações mensais, o parcelamento será rescindido, vencendo-se antecipadamente o saldo devedor, ao qual será acrescido o valor de 50% (cinquenta por cento), a título de multa de mora. Ocorrendo a rescisão do parcelamento, o crédito será inscrito em dívida ativa e executado, se for o caso, indicando-se à penhora o imóvel hipotecado ou o bem móvel dado em garantia.

8.2. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, nos termos do Art. 895, CPC/15 (Entrada e até 30x), poderá apresentar, por escrito, em e-mail dirigido ao Leiloeiro Público, cujo endereço segue: contato@trileiloes.com.br: I - até o início do primeiro leilão (evento), proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão (evento), proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco) por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, por hipoteca do próprio bem imóvel, indicando, ainda, o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária (INPC/IBGE) e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. A apresentação de proposta não suspende o leilão. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre a proposta de pagamento parcelado (Art. 895, CPC/15).



9. **Acordo ou Sustação por Remição da Execução:** No caso de remição do débito ou de acordo firmado entre as partes, após a publicação do edital, será devida pela parte executada o pagamento da comissão ao Leiloeiro Oficial, desde já arbitrada pelo juízo em 3% (três por cento) sobre o valor da avaliação, ficando estabelecido o valor mínimo da referida comissão em R\$2.300,00 (dois mil e trezentos reais), independentemente do valor do débito. O pagamento dessa comissão deverá ser efetuado no prazo de até 05 dias, contados da homologação do acordo e, em caso de inadimplemento, expedir-se-á certidão para fins de execução e protesto.

10. **Auto de Arrematação:** Assinado o auto pelo juiz a arrematação, sendo dispensados demais assinaturas, será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (Art.903, CPC/15).

11. **Publicação:** Presumem-se intimadas as partes por este Edital Público, quando não se realizar efetivamente no endereço constante dos autos, de acordo com o art. 274, § único, do CPC. Nos termos do **Art. 889, § único**, CPC os executados terão ciência do dia, hora e meio de realização da Oferta Pública Judicial, através dos correios ou por Oficial de Justiça ou por meio deste presente Edital Público.

Dúvidas e demais esclarecimentos, contatar central de atendimento, prioritariamente, por **e-mail** contato@trileiloes.com.br, **Whatsapp:** [48\) 9.9690.9090](https://api.whatsapp.com/send?phone=5548996909090) e **Whatsapp:** [51\) 9.8126.2502](https://api.whatsapp.com/send?phone=5511981262502)

Documento de 16 de novembro de 2023.

Poder Judiciário Federal Estado da Paraíba 5ª Vara Federal
Magistrada Helena Delgado Ramos Fialho Moreira
Plataforma Digital | www.trileiloes.com.br

Atenção e Aviso Legal:

Lances efetuados são Irrevogáveis, Irretroatáveis e significam compromisso assumido perante esta Licitação Pública nos termos da Lei Federal. Todos os lances efetuados são de sua inteira responsabilidade e ficarão registrados no sistema com data e horário que forem lançados, inclusive os lances automáticos programados pelo usuário da Plataforma. O Lance é uma ordem de pagamento à vista, excepcionalmente para o arremate Online, será aceito o prazo de até 12 (doze) horas para a comprovação do pagamento. Caso não ocorra, o lote será repassado ao segundo melhor lance ou aos demais, sucessivamente, até a confirmação. O devedor será encaminhado à cobrança do valor inadimplido com acréscimos, multas, restrição à conta do sistema, impedimento de negociar com o Poder Público por até 2 (dois) anos, cobranças extrajudiciais e judiciais, além de protestos e inscrições em cadastros de devedores. Leia com atenção todos os termos do Edital de Venda Pública.